

Teia AGROECOLÓGICA

SÃO PAULO / MINAS GERAIS

BOLETIM INFORMATIVO SOBRE
TECNOLOGIAS SOCIAIS EM
AGROECOLOGIA
ANO 1 / EDIÇÃO Nº 8 / MAIO DE 2019



ARTICULAÇÃO
NACIONAL DE
AGROECOLOGIA

Foto: Janaina Weller / ANA



Tecnologia social vem se consolidando como excelente sistema de garantia da qualidade orgânica de alimentos. Além do baixo custo, proporciona a construção coletiva do conhecimento agroecológico

Sistema Participativo de Garantia (SPG): CONSTRUÇÃO COLETIVA PROTAGONIZADA POR AGRICULTORAS E AGRICULTORES FAMILIARES

O Sistema Participativo de Garantia (SPG), realizado pela Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região (ANC), surgiu em um contexto de construção coletiva como alternativa à certificação orgânica realizada por empresas de auditoria, potencializando a autonomia da agricultura familiar orgânica. A ANC foi o primeiro SPG a ser credenciado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Essa tecnologia social foi criada há 23 anos no Brasil num momento em que crescia a demanda por alimentos orgânicos certificados, e desde então vem se disseminando por todo território nacional e por vários outros países.

Atualmente, o SPG da ANC conta com 134 grupos incluídos no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos do Mapa. Essas unidades de produção estão distribuídas em 38 municípios dos estados de São Paulo e Minas

Gerais. Em cada uma delas, acontecem pelo menos duas visitas anuais de intercâmbio de conhecimentos e verificação da conformidade em relação à legislação orgânica, totalizando um mínimo de 268 visitas por ano. Além de grupos de agricultoras (es), há três organizações envolvidas com o Sistema até o momento, sendo uma em Minas Gerais – Associação Agroecológica de Ouro Fino (AAOF); e duas em São Paulo – Cooperativa Entre Serras e Águas, de Bragança Paulista, e Associação de Produção Orgânica de Americana e Região (APOAR).

O Sistema se inicia com a organização de agricultoras (es) em grupos de, no mínimo, três membros. Para ingressar no Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (Opac) da Associação, é preciso se integrar a um grupo já existente ou criar um novo. Essa articulação ocorre, preferencialmente, por proximidade geográfica. Os membros de um mesmo grupo são os principais responsáveis pelo andamento dos processos de produção das unidades que o compõem, elegendo a coordenadora ou coordenador que os representará nas reuniões do Opac.

Cada grupo tem uma dinâmica própria e independente, seguindo uma estrutura comum à organização geral do Sistema. A ANC cumpre o papel de tirar dúvidas e apoiar os grupos em todas as etapas da certificação. Inclusive, como parte do processo de aproximação e entendimento sobre as dinâmicas do Opac, as agricultoras (es) familiares interessadas (os) em participar do Sistema são convidadas (os) a comparecer às visitas realizadas em grupos já formados.

COMO FUNCIONA?

Formado um grupo, cada unidade de produção deve elaborar o seu Plano de Manejo, com descrições detalhadas do processo produtivo e a localização dos agroecossistemas existentes ou planejados. Nessa etapa, começam a ocorrer os intercâmbios entre membros e grupos. O acompanhamento e a certificação do cumprimento do Plano incluem: a Visita de Pares, quando membros de um mesmo grupo se visitam, sendo essa uma forma de apoio para continuidade e cumprimento do planejamento coletivamente acordado; e a Visita de Verificação, quando a coordenadora ou coordenador de outro grupo vai até o lote que busca conquistar ou manter sua certificação.

Todas as visitas de verificação são abertas e divulgadas no site da ANC



Fotos: Janaina Welle / ANA



Construção coletiva de conhecimentos gera confiança no processo de certificação



Foto: Janaina Welle / ANA

O Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (Opac) da Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região (ANC) tem como importante peculiaridade a opção por não realizar visitas por amostragem, que até são legalmente permitidas. Ou seja, existe uma escolha política e metodológica pela realização de visitas em 100% das unidades de produção cadastradas no Sistema Participativo de Garantia (SPG). Esta opção tem como principal fundamento a confiança nos benefícios das construções coletivas de conhecimento e empoderamento gerados pelas trocas entre agricultoras e agricultores.

Em seguida, são realizadas reuniões mensais. Todas e todos que participam do Sistema analisam e discutem a aprovação da produção orgânica de cada unidade visitada. Esse processo é regulamentado por dois documentos: o Manual de Procedimentos e o Regimento Interno, ambos exigidos e avaliados pelo Mapa.

Essa metodologia do SPG pode ser reconhecida como um tipo de “renda não monetária de altíssimo valor”, na medida em que contribui não apenas para a produção em si, como também para o acesso ao mercado e ao universo das políticas públicas. Além disso, proporciona a troca de saberes entre agricultoras e agricultores, gerando a construção coletiva do conhecimento agroecológico. Essa característica, aliás, é considerada como um dos principais méritos da certificação participativa pelo Sistema.

Atualmente, a principal dificuldade enfrentada pelo processo de certificação participativa está relacionada à sustentação financeira. Já houve diversos modelos utilizados na tentativa de garantir uma estabilidade dos recursos. Anteriormente, a taxa paga por agricultoras (es) era fixa. Após diversas discussões, sugeriu-se que esse valor fosse referente ao tamanho da unidade de produção. Entre outras coisas, estabeleceu-se que fossem realizadas revisões periódicas das taxas, na tentativa de compreender se elas ainda estavam em coerência com as despesas.

No passado, a certificação do Sistema era mais cara do que a certificação por auditoria, já que havia um número reduzido de participantes e o custo da logística de todas as etapas do processo, em especial das visitas, era alto. Com o aumento do número de membros, o rateio dos custos fixos da operação do

SPG foi ficando mais leve. Hoje, cada agricultora ou agricultor paga uma taxa que varia de R\$50 a R\$120 por mês. Essa variação é relativa ao tamanho da área certificada.

Nesse processo, a busca por editais e financiamentos públicos teve extrema relevância. Com a aprovação de projeto em edital do Ecoforte, foram desenvolvidas ações relacionadas ao SPG que se mostraram importantes no apoio e na formação de novos grupos, possibilitando, por exemplo, que agricultoras e agricultores do Assentamento Milton Santos, em Americana (SP), comprovassem que cultivam alimentos limpos de venenos.

O aumento de número de unidades certificadas gerou a necessidade de maior estrutura interna da ANC para a fiel manutenção de sua metodologia de certificação. Nesse sentido, o foco para os próximos anos será a estruturação do Opac, especialmente em relação à equipe de apoio e acompanhamento dos novos grupos cadastrados, que se formaram num curto espaço de tempo.

O Sistema Participativo de Garantia (SPG) é reconhecido como uma tecnologia social capaz de fortalecer de forma ampliada o processo de transição agroecológica no Brasil. Foi construída como alternativa à certificação por auditoria, que não apenas rotula os produtos para agregação de valor e acesso aos mercados, mas também contribui com a construção e disseminação de conhecimentos coletivos; com o empoderamento de agricultoras e agricultores familiares; a dinamização dos circuitos curtos de comercialização de alimentos orgânicos; e a união e coesão de produtoras (es) rurais dispersas (os) no território de atuação da Rede de Agroecologia do Leste Paulista.

CERTIFICAÇÃO ORGÂNICA NA LINHA DO TEMPO

Em 1996, o governo brasileiro começou a desenvolver a regulamentação para a certificação orgânica da agricultura familiar, lançando em 2000 sua primeira instrução normativa. Amplamente criticado, o texto trazia exigências burocráticas não pertinentes à realidade das agricultoras e dos agricultores. Surgiu, então, o Grupo de Agricultura Orgânica (GAO), que de 2000 a 2008, com o financiamento do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), trabalhou na alteração da proposta. Contando com a liderança de membros da Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região (ANC), este grupo propôs o atual modelo de SPG, integralmente contemplado na criação de uma nova instrução normativa em 2009. No ano seguinte, teve início o credenciamento da Associação para atuação como Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (Opac). A ANC, que entre outros temas se dedicou a debater a certificação desde a sua fundação, se tornava, em 1991, o primeiro Opac no Brasil.

PARCERIA



APOIO



ISBN 978-85-87116-31-4



9 788587 116314